

RESENHA

PERCEPÇÃO SOBRE A DESIGUALDADE E POBREZA – O QUE PENSAM OS BRASILEIROS DA POLÍTICA SOCIAL?

Hildete Pereira de Melo¹

Livro: Percepção sobre a desigualdade e pobreza – O que pensam os brasileiros da política social?

Autores: Lena Lavinias (coordenação geral), Bárbara Cobo, Fabio Waltenberg. Alinne Veiga, Yasmin Salazar Méndez

O Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento publicou, no segundo semestre de 2014, na sua coleção *Pensamento Crítico*, o livro *Percepção sobre a desigualdade e pobreza – O que pensam os brasileiros da política social?*. Seus autores são os professores universitários e pesquisadores Lena Lavinias, Bárbara Cobo, Fabio Waltenberg. Alinne Veiga, Yasmin Salazar Méndez. Sob a coordenação geral da professora Lena Lavinias, uma estudiosa renomada do tema da desigualdade, o livro apresenta os resultados de uma pesquisa inovadora na literatura especializada nacional sobre os fatores que determinam o grau de apoio das pessoas sobre a política redistributiva praticada pelo governo brasileiro na última década.

Este livro aborda os temas que no ano de 2013 provocaram um enorme alvoroço na sociedade ocidental, a partir do livro de Thomas Piketty (*O Capital – no século XXI*, Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014). Este livro analisa o processo de concentração de renda da economia mundial e conclui que, no século XXI, a sociedade capitalista produz automaticamente desigualdades insustentáveis que ameaçam os fundamentos das modernas sociedades democráticas. Os excluídos do banquete capitalista “adoraram” a análise lúcida dos franceses e os beneficiários da bonança financeira trataram de afirmar que não era bem assim ... sem um argumento sólido para desqualificar a pesquisa. O livro em tela contribui para este debate com seu enfoque sobre estes temas, embora num ângulo diferente. Vejam por quê?

O resultado da pesquisa coordenada por Lena Lavinias chega nas livrarias numa boa hora, quando o debate sobre a redistribuição de renda é travado no mundo inteiro. De forma lúcida a equipe de professores e pesquisadores autora deste estudo apresenta para a sociedade brasileira os resultados deste “survey” sobre a percepção da desigualdade e da justiça no Brasil. A última campanha eleitoral para a Presidência da República trouxe esta questão para o debate político, através da propaganda eleitoral candidatas e candidatos expuseram suas visões sobre este tema. Estas expressaram a divisão do País entre os discursos proferidos para o Sudeste/Sul versus os do Nordeste/Norte, estes no fundo tinham como pressuposto a crítica e a defesa da política distributiva praticada pelos governos petistas desde 2004. Este livro faz uma reflexão

¹ Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense

sobre este tema e mostra que o embate eleitoral expressava tanto a aceitação da política redistributiva como também certo mal estar relativo com o papel do Estado no atendimento aos pobres.

O livro é o resultado da primeira pesquisa “survey” feita com adultos no Brasil para avaliar com estas pessoas avaliam o “desenho e distribuição” das políticas públicas brasileiras. Apenas este fato justifica sua leitura! O texto é composto de cinco capítulos, os dois primeiros apresentam uma visão abrangente da desigualdade, dialogando em campos disciplinares diferenciados com as marcas da desigualdade social brasileira, sem perder de vista o enfoque do debate internacional relativo à desigualdade e à redistribuição.

A última década brasileira foi no contrapé do processo de polarização social ora em curso nos Estados Unidos e nas democracias ocidentais. A crise de 2008 acelerou este processo, onde o Estado do bem-estar consolidou-se no pós II Guerra Mundial e, agora, agoniza sobre o império das forças de mercado. O Brasil foi na contracorrente desta marcha inexorável da apropriação das políticas públicas pelas elites financeiras e pelas corporações, fazendo uma trajetória de crescimento com inclusão social. Esta tese é demonstrada através da análise dos dados da última década da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com propriedade o texto mostra a queda de forma significativa do índice de *Gini*, passando de 0,591, em 2001, para 0,502, em 2011. Assim, homens e mulheres foram igualmente beneficiados e as desigualdades regrediram mais fortemente entre as mulheres. A queda da desigualdade foi possível pelo aumento dos rendimentos do trabalho, proveniente da política do salário mínimo, que registrou uma elevação real da ordem de 30% no período, aliada às transferências monetárias (contributivas ou não-contributivas). Caiu o desemprego, elevou-se o emprego formal, houve forte retração do trabalho não-remunerado e do trabalho infantil. De forma elegante e concisa o texto apresenta a magnitude da retração da pobreza no Brasil, sempre no contraponto de estudos similares europeus, nos quais políticas sociais de transferências de renda são integradas com o sistema tributário para tornar efetivas e eficazes as estratégias redistributivas na redução da desigualdade.

Este diálogo é um dos pontos altos deste estudo e sua conclusão mostra que tanto para a América latina como para o Brasil o efeito-redistribuição foi quase que exclusivamente resultado de transferências fiscais, ao contrário do padrão europeu, que soma tributação e gasto público na luta contra as desigualdades.

Os demais capítulos do livro tratam de conhecer qual a percepção da população brasileira sobre a evolução recente da redução da miséria e da pobreza no Brasil e da melhoria dos padrões de distribuição de renda nacionais *vis a vis* o contexto internacional. Fazem a pergunta que o Brasil precisa conhecer a respeito da opinião da sociedade sobre o Programa Bolsa Família. Aprovam seu desenho, suas condicionalidades? Concordam com o valor do benefício, ou acham que se dá muito pouco aos pobres brasileiros? Almejam uma sociedade igualitária? O que estariam dispostos a fazer para alcançar um nível de bem-estar mais elevado? Somos favoráveis a valores universais ou apostamos no sucesso e na redistribuição individual? Foram estas as perguntas que este *survey* nacional com competência e acuidade fez nos meses de setembro e outubro de 2012 ao Brasil. Primeiro faz uma análise descritiva dos resultados de apoio ou aversão à redistribuição, privilegiando dois cortes – o regional e o de sexo.e, nos seguintes, utiliza modelos e hipóteses apoiados na experiência internacional, compatíveis com os propósitos da pesquisa para inferir a partir de análises

econômicas os determinantes no apoio à redistribuição por parte da população brasileira adulta. Um capítulo identifica os modelos de redistribuição a partir dos resultados obtidos com análises multivariadas “exploratórias”; no seguinte, sistematiza os perfis sociodemográficos mais ou menos favoráveis à redistribuição, a partir das dimensões de universalismo, provisão pública, justiça tributária e a superação da pobreza e da miséria.

As conclusões deste “*survey*” expressam os olhares diferenciados da sociedade brasileira que, direta ou indiretamente, a campanha eleitoral para Presidente da República travou em 2014. A análise descritiva mostrou que as regiões mais pobres Norte e Nordeste apoiam medidas de caráter redistributivo numa proporção superior àquelas que têm renda mais alta. Portanto, os postulantes ao Palácio da Alvorada tiveram no resultado das urnas a percepção clara dos eleitores destas regiões em relação a suas propostas redistributivas, ou seja, os maiores coeficientes de apoio à intervenção do Estado foram registrados para os grupos de menor renda e regiões menos desenvolvidas. Aos leitores são apresentados no final os anexos com o questionário da Pesquisa sobre Percepção de Desigualdade e a metodologia e plano amostral utilizado na pesquisa, o que seguramente é um incentivo à réplica de novos estudos nesta perspectiva analítica.

De forma interessante esta pesquisa mostra a concordância do brasileiro “médio” sobre o papel do governo na redução da desigualdade, bem como na garantia do bem-estar das pessoas. De forma contundente 72% dos brasileiros adultos defendem a manutenção do Programa Bolsa Família. Os resultados também acendem uma luz vermelha em relação ao apoio do brasileiro “médio” a políticas universais; é generalizada a aprovação da focalização das políticas de transferência de renda no combate à pobreza. Há também uma adesão massiva a valores meritocráticos na sociedade, no entendimento de que o salário é função da qualidade do resultado do trabalho. Estas conclusões foram validadas pelas análises econométricas que confirmaram muitos destes resultados. Assim, este “*survey*” contribui para avaliação do desenho da política social do Estado e quais os fatores que induzem ou não este apoio. E de forma clara e objetiva sintetizar que o que caracteriza a preferência dos brasileiros em matéria de redistribuição pode ser resumido em duas palavras: **condicionada e restrita**.

Portanto, nada mais atual na conjuntura nacional do que a leitura deste texto tanto pela comunidade universitária nacional, como também pela classe política e gestores brasileiros sobre o que pensam os brasileiros sobre a desigualdade e redistribuição.